

PARECER JURÍDICO

Através do certame licitatório, Tomada de Preço nº 16/2019, fomos solicitados para emitir "Parecer Jurídico" sobre a legalidade do mesmo, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA NAS RUAS PROFESSOR ADAUTO (TRECHO 1), ANTONIO ZECA, MELGAÇO (TRECHO EXTRA), DUQUE DE CAXIAS E TRECHO DE ACESSO AO CEMITÉRIO NA COMUNIDADE VILA SANTA CRUZ DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, TOTALIZANDO 3.026,56 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, DEVENDO SER EXECUTADO CONFORME PROJETOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS.**

Compulsando a documentação acostada nos autos, verifica-se que a mesma revestiu-se de legalidade.

Verificou-se ampla divulgação de acordo com as publicações realizadas no Diário Oficial dos Municípios do Paraná através do site <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/> (Lei Municipal nº 06/2017), e no Diário Oficial Eletrônico do Município, bem como disponibilizado o Edital no site www.catanduvas.pr.gov.br.

Foram observados os prazos estatuídos pelas legislações pertinentes (Lei Federal nº 8.666/93) e amplamente contempladas as exigências quanto à modalidade "TOMADA DE PREÇO". Também foram observadas e aplicadas as exigências relativas à Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

Conforme documentação no processo, 1 (uma) empresa compareceu ao certame. Após credenciamento e recebimento das propostas passou-se a fase de abertura da documentação, tendo as empresas apresentado termo de renúncia nos termos contidos na ata.

Salvo melhor juízo, opinamos favoravelmente pela homologação da decisão tomada pela comissão de licitação, conforme ata e adjudicação, partes integrantes do procedimento licitatório – "Tomada de Preço nº 16/2019".

É a nossa manifestação, é o nosso posicionamento, o qual deve ser submetido à apreciação da autoridade superior.

Catanduvas, 28 de novembro de 2019.


ALAIR CARLOS DE OLIVEIRA
Assessor Jurídico
OAB/PR 18.305